



VOCÊ NA
DEFENSORIA

VADEVUPT

CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL

Art. 1 ao 53 do CPC

NOVIDADES DESTA VERSÃO:

- Atualizado até esta data.

**SEJA BEM-VINDO
AO VND!**

**O NOSSO SONHO É
VER VOCÊ NA DEFENSORIA!**



VOCÊ NA
DEFENSORIA



VADEVUPT

Código de Processo Civil

Parte Geral Livro I

Das normas processuais civis Título único

Das normas fundamentais e da aplicação das normas processuais

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO PROCESSO CIVIL	
Princípio do devido processo legal (art. 5º, LIV, CRFB)	<p>O art. 5º, LIV, da Constituição Federal dispõe que: “Ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”.</p> <p>O princípio do devido processo legal é um verdadeiro supra princípio do direito processual, que serve de farol para os demais princípios e estrutura o conjunto de garantias mínimas de um processo justo (“devido”).</p>
Princípios do contraditório e da ampla defesa (art. 5º, LV, CRFB)	<p>Segundo doutrina minoritária, mas em uma concepção muito interessante, a ampla defesa claramente se diferencia do contraditório. Enquanto o contraditório diria respeito à possibilidade de participar e influir no procedimento, sendo um elemento intrínseco ao processo, a ampla defesa consistiria no espaço processual (delimitado pelo prazo e pelo procedimento) para discorrer sobre as questões fáticas e jurídicas. Ela abrangeria as faculdades processuais de postular, contra-argumentar, provar, recorrer, entre outros. Todos que participam de um processo em contraditório são titulares da ampla defesa. (PINHEIRO, Guilherme César. Fundamentos teóricos e aspectos técnicos do direito à ampla defesa. Revista de Informação Legislativa: RIL, Brasília, DF, v. 59, n. 233, p. 99-115, jan./mar. 2022)</p>
Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CRFB)	<p>O artigo constitucional, por um lado, assegura a garantia constitucional da ação, de modo que nenhuma causa pode ser suprimida da apreciação jurisdicional, e, por outro lado, consagra o acesso à justiça. <u>O acesso à justiça deve ser garantido sem imposições e sem necessidade de esgotamento prévio da via administrativa</u></p>
Princípio da duração razoável do processo (art. 5º, LXXVIII, CRFB)	<p>Segundo dispõe o art. 5º, LXXVIII, da Constituição Federal, incluído pela EC nº. 45/2004: “a todos, no âmbito judicial e administrativo, são assegurados a razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação”.</p>

	<p>Em que pese inserido apenas em 2004 na Constituição Federal, a doutrina aponta que já se tratava de um princípio implícito, decorrente do devido processo legal. Inclusive, a duração razoável do processo também estava prevista no artigo 8.1 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).</p>
Princípio do juiz natural (art. 5º, LIII e XXXVII, CRFB)	<p>Art. 5º, LIII, da CRFB: “ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente”. O inciso XXXVII, por sua vez, dispõe: “não haverá juízo ou tribunal de exceção”.</p> <p>Segundo o Supremo Tribunal Federal, a criação de varas especializadas não viola o princípio do juiz natural (HC 88660/CE, j. 15.06.2008).</p>
Princípio da publicidade (art. 5º, LX, CRFB)	<p>Art. 5º, LX, da CRFB: “a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem”.</p> <p>Do ponto de vista interno, o princípio garante que as partes devem ter amplo acesso aos atos processuais. Do ponto de vista externo, a sociedade também deve ter acesso ao que ocorre no processo.</p>
Princípio da motivação (art. 93, IX, CRFB)	<p>Art. 93, IX, da CRFB: “todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade, podendo a lei limitar a presença, em determinados atos, às próprias partes e a seus advogados, ou somente a estes, em casos nos quais a preservação do direito à intimidade do interessado no sigilo não prejudique o interesse público à informação”.</p> <p>É a motivação que garante um controle interno, permitindo às partes tomarem ciência das razões que levaram ao acolhimento, ou não, do pedido, quanto propicia um controle externo, permitindo fiscalização da atividade jurisdicional pela própria sociedade.</p>
Princípio da igualdade processual ou da paridade de armas (art. 5º, caput, e I, CRFB)	<p>Art. 5º, caput, da CRFB: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”</p> <p>Em uma dimensão formal, a igualdade assegura o tratamento igualitário às partes, sem considerar eventuais particularidades existentes. Na dimensão material, por sua vez, busca-se um tratamento efetivamente igualitário, levando-se em consideração as desigualdades estruturais que possam prejudicar ou privilegiar as partes.</p>
ATENÇÃO: Princípio do acesso a jurisdição (art. 5º, caput, LXXIV, CRFB)	<p>Art. 5º, caput, LXXIV, CRFB: “o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos”.</p> <p>Art. 134, caput, CRFB: “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal”.</p> <p>De acordo com a LC 80/94, em seu art. 1º: “A Defensoria Pública é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os</p>

graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados na forma do inciso LXXIV do art. 5º da Constituição Federal”.

VOCÊ NA DEFENSORIA:

Princípio do Duplo grau de jurisdição.

Há grande divergência doutrinária quanto à existência, ou não do princípio do duplo grau de jurisdição.

Há, na doutrina, aqueles que acreditem tratar-se de um princípio expresso, previsto na parte final do já visto por nós art. 5º LV, da CRFB (“aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes”); há quem afirme que se trata de uma previsão implícita, decorrente Pacto de San José da Costa Rica (Artigo 8.2, ‘h’: “direito de recorrer da sentença a juiz ou tribunal superior”) e há aqueles que, simplesmente, entendem que não existe princípio do duplo grau.

Sob uma perspectiva defensorial, com fulcro no Pacto de San José da Costa Rica, há que se **reconhecer** o direito fundamental do cidadão a ter sua causa reexaminada por um órgão de instância superior.

Contudo, quando do julgamento do RHC nº. 79.785, em 29.03.2000, entendeu o Plenário do Supremo Tribunal Federal que o duplo grau de jurisdição não é garantia constitucional.

VOCÊ NA DEFENSORIA:

Parte substancial da doutrina sustenta a existência de um princípio do **Defensor Público natural**. Em verdade, o **art. 4º-A, IV, da LC 80/94** prevê, de maneira expressa, que os assistidos da Defensoria Pública têm direito ao “o patrocínio de seus direitos e interesses pelo defensor natural”.

Assim à semelhança do que ocorre com o juiz natural (e, também, com o promotor natural), o Defensor Público não pode ser afastado de casos em que possui atribuição legalmente estabelecida para atuar. Trata-se de uma **garantia tanto ao Defensor quanto à própria sociedade**.

Quando do julgamento do HC 123.494 (j. 16.02.2016), o STF foi instado a se manifestar expressamente sobre o princípio do Defensor Natural. Naquela oportunidade, entendeu que não violava o princípio do defensor público natural a designação de advogado dativo ou *ad hoc* para audiência em que o Defensor Público esteja impossibilitado de participar. (tristeza de entendimento, mas precisamos saber também)

Em que pese tenha decidido contrariamente aos interesses institucionais da Defensoria Pública, o relator, Min. Zavascki, ponderou que a duração razoável do processo tinha prevalência no caso concreto, porque a eternização do processo era prejudicial aos interesses do próprio assistido.

De certa forma, portanto, pode-se defender que a Segunda Turma do STF reconheceu o princípio do Defensor Público Natural, embora tenha lhe negado aplicabilidade ao caso concreto.

CAPÍTULO I

DAS NORMAS FUNDAMENTAIS DO PROCESSO CIVIL

Art. 1º O processo civil será ordenado, disciplinado e **interpretado conforme os valores e as normas fundamentais** estabelecidos na Constituição da República Federativa do Brasil , observando-se as

disposições deste Código.

Fórum Permanente de Processualistas Cíveis:

Enunciado 369. O rol de normas fundamentais previsto no Capítulo I do Título Único do Livro I da Parte Geral do CPC **não é exaustivo**.

Enunciado 370. Norma processual fundamental pode ser **regra ou princípio**.

Art. 2º O processo começa por iniciativa da parte e se desenvolve por impulso oficial, salvo as exceções previstas em lei. **(Princípios da inércia e do impulso oficial)**

Art. 3º Não se excluirá da apreciação jurisdicional **ameaça ou lesão** a direito.

Este artigo reproduz o texto da constituição constante do **art. 5º, XXXV, CRFB**: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito”.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula Vinculante nº. 21: “É inconstitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo”.

§ 1º É **permitida** a arbitragem, na forma da lei.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em atenção à função constitucional que lhe é atribuída no art. 105, I, “d”, da Carta Magna, conhecer e julgar o conflito de competência estabelecido entre Tribunais Arbitrais, que ostentam natureza jurisdicional, ainda que vinculados à mesma Câmara de Arbitragem, sobretudo se a solução interna para o impasse criado não é objeto de disciplina regulamentar. STJ. 2ª Seção. CC 185702/DF, Rel. Min. Marco Aurélio Bellizze, julgado em 22/06/2022 (Info 749).

O Superior Tribunal de Justiça tem firmado o entendimento de que a atividade desenvolvida no âmbito da arbitragem tem natureza jurisdicional, sendo possível a existência de conflito de competência entre juízo estatal e câmara arbitral. STJ. 2ª Seção. CC 111230-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 8/5/2013 (Info 522). STJ. 1ª Seção. AgInt no CC 156.133-BA, Rel. Min. Gurgel de Faria, julgado em 22/08/2018.

“(…)VIII - A jurisdição estatal decorre do monopólio do Estado de impor regras aos particulares, por meio de sua autoridade, consoante princípio da inafastabilidade do controle judicial (art. 5º, XXXV, da Constituição da República), enquanto a **jurisdição arbitral emana da vontade dos contratantes**. IX - A **jurisdição arbitral precede a jurisdição estatal**, incumbindo àquela deliberar sobre os limites de suas atribuições, previamente a qualquer outro órgão julgador (princípio da competência-competência), bem como sobre as questões relativas à existência, à validade e à eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória (arts. 8º e 20, da Lei n. 9.307/96, com a redação dada pela Lei n. 13.129/15) (...)” (STJ, 1ª Seção, CC 139.519/RJ, rel. p/ acórdão Min. Regina Helena Costa, j. 11.10.2017)

§ 2º O Estado promoverá, **sempre que possível**, a solução consensual dos conflitos.

Enunciado 371 do Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: “Os métodos de solução

consensual de conflitos devem ser estimulados também nas instâncias recursais”.

§ 3º A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, **defensores públicos** e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

EMENTA DEFENSORIA PÚBLICA. INSTITUIÇÃO ESSENCIAL À FUNÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO. ACESSO À JUSTIÇA. DEFESA JURÍDICA INTEGRAL DOS NECESSITADOS. ART. 134 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. ATOS EXTRAPROCESSUAIS. CONCILIAÇÃO. MEDIAÇÃO. AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO. AÇÃO PENAL PRIVADA E SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA. PATROCÍNIO DOS DIREITOS E INTERESSES DO CONSUMIDOR, DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, DO IDOSO E DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. TRANSPOSIÇÃO. ART. 22 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. OBSERVÂNCIA. DESVIO DE FUNÇÃO. INOCORRÊNCIA. ISONOMIA REMUNERATÓRIA. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. 1. A Defensoria Pública, instituição essencial à função jurisdicional do Estado, é o órgão responsável por conferir a máxima efetividade à garantia fundamental do acesso à Justiça, uma vez que incumbida da orientação jurídica e da defesa dos necessitados (CF, art. 134). 2. **O papel e o potencial da Defensoria Pública para exercer a defesa jurídica integral dos necessitados não de ser estendidos a atos extraprocessuais, aí incluída a promoção da “conciliação entre as partes, quando conveniente, antes da propositura da ação”.** (ADI 576, Relator(a): NUNES MARQUES, Tribunal Pleno, julgado em 28/03/2022, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-077 DIVULG 22-04-2022 PUBLIC 25-04-2022)

Art. 4º As partes têm o direito de obter em prazo razoável **a solução integral do mérito**, incluída a atividade satisfativa. **(princípio da primazia da decisão de mérito)**

Art. 5º Aquele que de qualquer forma participa do processo deve comportar-se de acordo com a boa-fé. **(princípio da boa-fé processual)**

Enunciado 378 do V Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “A boa fé processual orienta a interpretação da postulação e da sentença, permite a reprimenda do abuso de direito processual e das condutas dolosas de todos os sujeitos processuais e veda seus comportamentos contraditórios”.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

A 'nulidade de algibeira' ocorre quando a parte se vale da 'estratégia' de não alegar a nulidade logo depois de ela ter ocorrido, mas apenas em um momento posterior, se as suas outras teses não conseguirem ter êxito. Dessa forma, a parte fica com um trunfo, com uma “carta na manga”, escondida, para ser utilizada mais a frente, como um último artifício.

Esse nome foi cunhado pelo falecido Ministro do STJ Humberto Gomes de Barros. Algibeira = bolso. Assim, a “nulidade de algibeira” é aquela que a parte guarda no bolso (na algibeira) para ser utilizada quando ela quiser. Tal postura viola claramente a boa-fé processual e a lealdade, que são deveres das partes e de todos aqueles que participam do processo. Por essa razão, a “nulidade de algibeira” é rechaçada pela jurisprudência do STJ.

STJ. 3ª Turma. REsp 1372802-RJ, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, julgado em 11/3/2014 (Info 539).

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

A eventual nulidade declarada pelo juiz de ato processual praticado pelo serventuário não pode retroagir para prejudicar os atos praticados de boa-fé pelas partes.

Dessa forma, no processo, exige-se dos magistrados e dos serventuários da Justiça conduta pautada por lealdade e boa-fé, sendo vedados os comportamentos contraditórios.

Em outras palavras, aplica-se também o venire contra factum proprium para atos do juiz e dos serventuários da justiça.

STJ. 4ª Turma. AgRg no AREsp 91311-DF, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 6/12/2012 (Info 511).

Art. 6º Todos os sujeitos do processo **devem** cooperar entre si para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva. **(princípio da cooperação)**

VOCÊ NA DEFENSORIA:

A CONDEGE trouxe em seu termo de cooperação técnica nº02/2020 “previsão sobre procedimentos a serem adotados entre defensorias públicas dos estados visando a atuação integrada e o intercâmbio de informações”.

[\(link\)](#)

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Quando comprovado o empenho da parte e o insucesso das medidas adotadas, o juiz tem o dever de auxiliá-la a fim de que encontre as informações que, à disposição do Juízo, condicionem o eficaz desempenho de suas atribuições. STJ. 3ª Turma. REsp 2.142.350-DF, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 1º/10/2024 (Info 828).

Informações do inteiro teor: O dever de colaboração processual redesenha, em certa medida, o papel do juiz, o qual, mantendo-se imparcial em relação às partes e ao desfecho do processo, deve com elas colaborar para que se obtenha, em tempo razoável, decisão de mérito justa e efetiva.

De fato, não pode o Juízo - de modo algum - substituir as partes, as quais devem empreender esforços para diligenciar e desempenhar adequadamente as suas atribuições.

Por outro lado, quando comprovado o empenho da parte e o insucesso das medidas adotadas, o juiz tem o dever de auxiliá-la a fim de que encontre as informações que, à disposição do Juízo, condicionem o eficaz desempenho de suas atribuições.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Em consonância com o princípio da cooperação processual, é indispensável ao reconhecimento da deserção que o juiz intime a parte para regularizar o preparo - especificando qual o equívoco deverá ser sanado. (STJ, REsp 1.818.661-PE, Rel. Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 23/5/2023, DJe 25/5/2023)

Este entendimento foi objeto de cobrança na DPE/RJ (2023).

VOCÊ NA DEFENSORIA:

O Conselho Nacional de Justiça trouxe em seu Manual de Mediação Judicial (2016, página 61) o conceito da TEORIA DOS JOGOS, de John Nash, que já foi objeto de cobrança em prova objetiva de defensoria (DPE-MA/2018):

“John Nash, a seu turno, partiu de outro pressuposto. Enquanto Neumann partia da ideia de competição, John Nash introduziu o elemento cooperativo na teoria dos jogos. A ideia de cooperação não seria totalmente

incompatível com o pensamento de ganho individual, já que, para Nash, a cooperação traz a noção de que é possível maximizar ganhos individuais cooperando com o outro participante (até então, adversário). Não se trata de uma noção ingênua, pois, em vez de introduzir somente o elemento cooperativo, traz dois ângulos sob os quais o jogador deve pensar ao formular sua estratégia: o individual e o coletivo. ‘Se todos fizerem o melhor para si e para os outros, todos ganham’.”

Art. 7º É assegurada às partes paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos e faculdades processuais, aos meios de defesa, aos ônus, aos deveres e à aplicação de sanções processuais, competindo ao juiz zelar pelo efetivo contraditório. (**paridade de armas**)

Art. 8º Ao aplicar o ordenamento jurídico, **o juiz atenderá aos fins sociais e às exigências do bem comum**, resguardando e promovendo a dignidade da pessoa humana e observando a proporcionalidade, a razoabilidade, a legalidade, a publicidade e a eficiência.

Enunciado 380 do V Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Civis: “A expressão “ordenamento jurídico”, empregada pelo Código de Processo Civil, contempla os precedentes vinculantes”.

Art. 9º **Não** se proferirá decisão contra uma das partes sem que ela seja previamente ouvida.

Parágrafo único. O disposto no caput **não se aplica**:

- I - à tutela provisória de urgência;
- II - às hipóteses de tutela da evidência previstas no [art. 311, incisos II e III](#) ;
- III - à decisão prevista no [art. 701](#)

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

NÃO se faz necessária a manifestação das partes quando a oitiva não puder influenciar na solução da causa ou quando o provimento lhe for favorável, notadamente em razão dos princípios da duração razoável do processo e da economia processual.

STJ. REsp 1.755.266/SC, Rel. Min. Luís Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe 20/11/2018.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

São constitucionais os dispositivos legais (arts. 9º, parágrafo único, III; e 311, parágrafo único, CPC/2015) que, sem prévia citação do réu, admitem a concessão de tutela de evidência quando os fatos alegados possam ser demonstrados documentalmente e a tese jurídica estiver consolidada em julgamento de casos repetitivos ou em súmula vinculante.

Assim, inexistente qualquer ofensa ao princípio do contraditório caso haja justificativa razoável e proporcional para a postergação do contraditório e desde que se abra a possibilidade de a parte se manifestar posteriormente acerca da decisão que a afetou, ou sobre o ato do qual não participou.

STF. Plenário. ADI 5.492/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/4/2023 (Info 1092).

STF. Plenário. ADI 5.737/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023 (Info 1092).

Art. 10. O juiz **não pode decidir**, em grau algum de jurisdição, com base em fundamento a respeito do qual

não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, ainda que se trate de matéria sobre a qual deva decidir de ofício.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Em respeito ao princípio da não surpresa, é vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório no decorrer do processo. STJ. 2ª Turma. REsp 2.049.725-PE, Rel. Min. Humberto Martins, julgado em 25/4/2023 (Info 772).

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

O Código de Processo Civil de 2015, no artigo 10, consagrou o princípio da não surpresa, o qual estabelece ser vedado ao julgador decidir com base em fundamentos jurídicos não submetidos ao contraditório no decorrer do processo.

Pretende-se, com a nova legislação, proibir ao máximo a chamada decisão-surpresa, também conhecida como decisão de terceira via, contra julgado que rompe com o modelo de processo cooperativo instituído pelo CPC/2015.

O novel diploma quis, assim, permitir que as partes tenham, para além da ciência do processo, a possibilidade de participar efetivamente dele, com real influência no resultado da demanda.

Em busca de um contraditório efetivo, a norma previu a paridade de tratamento, o direito a ser ouvido, bem como o direito de se manifestar amplamente sobre o substrato fático que respalda a causa de pedir e o pedido, além das questões de ordem pública, cognoscíveis de ofício, não podendo o magistrado decidir sobre circunstâncias advindas de suas próprias investigações, sem que antes tenha dado conhecimento às partes. Não obstante, não há falar em decisão-surpresa quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de ouvi-las, até porque a lei deve ser de conhecimento de todos, não podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação. STJ. 2ª Turma. REsp 1.781.459/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, julgado em 2/06/2020.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Não há ofensa ao princípio da não surpresa (art. 10 do CPC) quando o magistrado, diante dos limites da causa de pedir, do pedido e do substrato fático delineado nos autos, realiza a tipificação jurídica da pretensão no ordenamento jurídico posto, aplicando a lei adequada à solução do conflito, ainda que as partes não a tenham invocado (*iura novit curia*) e independentemente de oitiva delas, até porque a lei deve ser do conhecimento de todos, não podendo ninguém se dizer surpreendido com a sua aplicação.

Esse princípio não é absoluto e sua aplicação não é automática e irrestrita.

Desse modo, não há ofensa ao art. 10 do CPC/2015 se o Tribunal dá classificação jurídica aos fatos controvertidos contrários à pretensão da parte com aplicação da lei aos fatos narrados nos autos.

STJ. 1ª Seção. EDcl nos EREsp 1213143-RS, Rel. Min. Regina Helena Costa, julgado em 8/2/2023 (Info 763).

Art. 11. Todos os julgamentos dos órgãos do Poder Judiciário serão públicos, e fundamentadas todas as decisões, sob pena de nulidade.

Parágrafo único. Nos casos de segredo de justiça, **pode** ser autorizada a presença somente das partes, de seus advogados, de defensores públicos ou do Ministério Público.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

1) A técnica da fundamentação por referência (*per relationem*) é permitida desde que o julgador, ao reproduzir trechos de decisão anterior, documento e/ou parecer como razões de decidir, enfrente, ainda que de forma sucinta, as novas questões relevantes para o julgamento do processo, dispensada a análise pormenorizada de cada uma das alegações ou provas.

2) O § 3º do artigo 1.021, do CPC não impede a reprodução dos fundamentos da decisão agravada como razões de decidir pela negativa de provimento de agravo interno quando a parte deixa de apresentar argumento novo para ser apreciado pelo colegiado. STJ, REsp 2.148.059-MA, REsp 2.148.580-MA, REsp 2.150.218-MA, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Corte Especial, por unanimidade, julgado em 20/8/2025 (Tema 1306) (Info. 859)

Art. 12. Os juízes e os tribunais atenderão, **preferencialmente**, à ordem cronológica de conclusão para proferir sentença ou acórdão. (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência).

§ 1º A lista de processos aptos a julgamento deverá estar permanentemente à disposição para consulta pública em cartório e na rede mundial de computadores.

§ 2º Estão **excluídos** da regra do caput :

- I - as sentenças proferidas em audiência, homologatórias de acordo ou de improcedência liminar do pedido;
- II - o julgamento de processos em bloco para aplicação de tese jurídica firmada em julgamento de casos repetitivos;
- III - o julgamento de recursos repetitivos ou de incidente de resolução de demandas repetitivas;
- IV - as decisões proferidas com base nos [arts. 485](#) e [932](#) ;
- V - o julgamento de embargos de declaração;
- VI - o julgamento de agravo interno;
- VII - as preferências legais e as metas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça;
- VIII - os processos criminais, nos órgãos jurisdicionais que tenham competência penal;
- IX - a causa que exija urgência no julgamento, assim reconhecida por decisão fundamentada.

§ 3º Após elaboração de lista própria, respeitar-se-á a ordem cronológica das conclusões entre as preferências legais.

Enunciado 382 do V Encontro do Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: “No juízo onde houver cumulação de competência de processos dos juizados especiais com outros procedimentos diversos, o juiz poderá organizar duas listas cronológicas autônomas, uma para os processos dos juizados especiais e outra para os demais processos”.

§ 4º Após a inclusão do processo na lista de que trata o § 1º, o requerimento formulado pela parte **não altera a ordem cronológica para a decisão**, exceto quando implicar a reabertura da instrução ou a conversão do julgamento em diligência.

§ 5º Decidido o requerimento previsto no § 4º, o processo retornará à mesma posição em que anteriormente

se encontrava na lista.

§ 6º Ocupará o primeiro lugar na lista prevista no § 1º ou, conforme o caso, no § 3º, o processo que:

- I - tiver sua sentença ou acórdão anulado, salvo quando houver necessidade de realização de diligência ou de complementação da instrução;
- II - se enquadrar na hipótese do [art. 1.040, inciso II](#).

CAPÍTULO II

DA APLICAÇÃO DAS NORMAS PROCESSUAIS

Art. 13. A jurisdição civil será regida pelas normas processuais brasileiras, **ressalvadas** as disposições específicas previstas em tratados, convenções ou acordos internacionais de que o Brasil seja parte.

Art. 14. A norma processual **não retroagirá** e será aplicável imediatamente aos processos em curso, respeitados os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

O artigo 14 trata da regra do “tempus regit actum” ou sistema de isolamento dos atos processuais, pelo qual a nova norma processual não atinge fases processuais ultrapassadas. Sobre essa regra, leciona Luiz Fux: “A lei processual – e nisso não difere de nenhuma outra – dispõe para o futuro, respeitando os atos e os “efeitos” dos atos praticados sob a égide da lei revogada. É a consagração do princípio tempus regit actum que não impede que os atos processuais futuros e os fatos com repercussão no processo se subsumam aos novos ditames da lei revogadora.” (FUX, Luiz, Curso de Direito Processual Civil, pg. 83, 5ª edição, Grupo GEN, Editora Forense).

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

EMENTA: (...) 2. A sucessão de leis processuais no tempo subordina-se ao princípio geral do “*tempus regit actum*”, no qual se fundamenta a teoria do isolamento dos atos processuais. 3. De acordo com essa teoria - atualmente positivada no art. 14 do CPC/2015 - a lei processual nova tem aplicação imediata aos processos em desenvolvimento, resguardando-se, contudo, a eficácia dos atos processuais já realizados na forma da legislação anterior, bem como as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada. 4. Em homenagem ao referido princípio, esta Corte consolidou o entendimento de que “**a lei a reger o recurso cabível e a forma de sua interposição é aquela vigente à data da publicação da decisão impugnada, ocasião em que o sucumbente tem a ciência da exata compreensão dos fundamentos do provimento jurisdicional que pretende combater**”. STJ, REsp n. 1.666.321/RS, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 7/11/2017, DJe de 13/11/2017.

Art. 15. Na ausência de normas que regulem processos eleitorais, trabalhistas ou administrativos, as disposições deste Código lhes serão aplicadas supletiva e subsidiariamente.

I Jornada de Direito Processual Civil, enunciado 3: “As disposições do Código de Processo Civil aplicam-se supletiva e subsidiariamente ao Código de Processo Penal, no que não forem incompatíveis com esta Lei”.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Dispositivos declarados constitucionais: a expressão “administrativos” do art. 15; a expressão “dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios” do art. 242, § 3º; a referência ao inciso II do art. 311 constante do art. 9º, parágrafo único, inciso II, e do art. 311, parágrafo único; o art. 985, § 2º; e o art. 1.040, inciso IV.

STF. Plenário. ADI 5.492/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/4/2023 (Info 1092). STF. Plenário. ADI 5.737/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023 (Info 1092).

LIVRO II

DA FUNÇÃO JURISDICIONAL TÍTULO I

DA JURISDIÇÃO E DA AÇÃO

TEORIAS DA AÇÃO	
TEORIA CIVILISTA OU IMANENTISTA	Para a teoria civilista, a ação era uma manifestação do direito material, ou seja, só se manifestava o direito material após a ocorrência de uma lesão. Essa teoria teve grande influência até meados do século XIX. Não considerava o direito processual como ciência autônoma.
TEORIA CONCRETA	Começa a ser defendido o direito processual como um direito autônomo. Começa a ação a ser um direito distinto do material. Afirmava, porém, que o direito de ação somente existia se também existisse direito material, ou seja, só existia ação nos casos em que o resultado final fosse favorável ao autor.
TEORIA ABSTRATA	As digressões do jurista alemão Heinrich Degenkolb e do húngaro Alexander Plósz apresentaram em forma de nova teoria, criticando pontos não respondidos pela teoria concreta, sendo radicalmente oposta. Segundo a teoria abstrata, o direito de ação seria o direito de provocar a atuação do Estado-juiz, ou seja, diferente do que ocorria na teoria concreta, o direito de ação não dependia do teor do direito material. Para a teoria abstrata da ação, todos têm poder de ação de forma incondicionada.
TEORIA ECLÉTICA	Para a teoria eclética, o direito de ação, é, na verdade, o direito de obter um provimento de mérito, estando presente somente quando o autor preenchesse as “condições da ação”. Foi consagrada no direito processual brasileiro no art. 485, VI, do CPC. É teoria que não condiciona o direito de ação a um direito material.

TEORIA DA ASERÇÃO	Atualmente, vem ganhando força no âmbito do direito brasileiro. De acordo com a teoria da asserção, é necessário analisar as condições da ação a luz das alegações trazidas pelo autor na inicial, podendo ensejar, caso não estejam presentes, em sentença terminativa.
--------------------------	--

Art. 16. A jurisdição civil é exercida pelos **juízes e pelos tribunais em todo o território nacional**, conforme as disposições deste Código.

Espécies de jurisdição		
Quanto à natureza	PENAL	CIVIL (tudo que não seja penal)
Quanto ao grau	INFERIOR (competência originária)	SUPERIOR (competência recursal)
Quanto à estrutura	ESPECIALIZADA (eleitoral, militar, trabalhista)	COMUM (federal e estadual)
Quanto ao objeto	CONTENCIOSA	VOLUNTÁRIA

Características da jurisdição	
Inércia	É a exigência de que trata o art. 2º do CPC para que o Estado-juiz só exerça função jurisdicional mediante provocação. Não há função jurisdicional de ofício.
Substitutividade	O Estado-juiz substitui as partes interessadas na solução do conflito, permitindo uma solução imparcial da lide.
Imperatividade	Desdobramento da substitutividade, o Estado pode impor suas decisões para os litigantes de maneira coativa. Decorre da imperatividade a INEVITABILIDADE, já que há sujeição das partes em relação a decisão.
Inafastabilidade	Regra do art. 5º, XXXV, da CF e do art. 3º do CPC, é o que se chama também de vedação do <i>non liquet</i> . Uma vez rompida a inércia da jurisdição, o Estado-juiz precisa resolver a lide, dando solução aos jurisdicionados, ainda que tal solução seja contrária aos seus interesses.
Imparcialidade	O dever de julgar deve ser outorgado a terceiro que não possua interesse na causa.

É tradicional na doutrina clássica o conceito de que jurisdição tem por objetivo dirimir conflitos de interesses. Entretanto, há situações jurídicas que por sua importância, ainda que não exista um conflito propriamente dito, merece tutela do Estado.

É nesse ponto que torna essencial diferenciar a jurisdição contenciosa da jurisdição voluntária:

- Jurisdição contenciosa: é aquela que possui no mínimo dois sujeitos, denominados partes, e tem por objetivo resolver conflitos.
- Jurisdição voluntária: é uma espécie de “administração pública de interesses privados” (Frederico Marques). Não se fala em partes, mas em interessados, já que não há resolução de conflitos; é marcado por situações jurídicas que impactam no todo e, por isso, mesmo não havendo conflito, merece guarida pelo Estado.

Art. 17. Para postular em juízo é necessário ter **interesse e legitimidade**.

Interesse	<p>É a relação entre a existência de fato material apto a permitir que o autor busque o judiciário e a existência de instrumento jurisdicional efetivo a resolução do problema.</p> <p>Alguns doutrinadores, como Cassio Scarpinella Bueno, entendem que o interesse de agir é composto pelo binômio necessidade e utilidade. Outros, como Cândido Dinamarco, entende que é composto por necessidade, utilidade e adequação. Nesse sentido, importante destacar tais dimensões.</p> <p>Necessidade: deve-se buscar o judiciário somente se esta for a última alternativa para obter o direito material que foi negado.</p> <p>Utilidade: é aferir se no caso concreto a tutela jurisdicional será útil ao autor.</p> <p>Adequação: é utilizar-se da ação competente para buscar o direito material.</p>
Legitimidade	<p>O princípio da inafastabilidade da jurisdição consagrado no art. 5º, XXXV, da CF garante a todos o direito de ingressar em juízo para a tutela de seus interesses. É possível conceber como interessado aquele que possua direito subjetivo de postular em juízo para obter aquilo que lhe é devido.</p>

Pressupostos processuais	Existência	x	Validade
Subjetivos	<p>Juiz (investido de jurisdição).</p> <p>Parte (com capacidade de ser parte).</p>		<p>Juiz (competente e imparcial).</p> <p>Partes (capacidade processual, capacidade postulatória e legitimidade <i>ad causam</i>).</p>

Objetivos	Existência de demanda válida.	<p>Extrínsecos: interesse positivo de agir + inexistência de perempção, litispendência, coisa julgada ou arbitragem.</p> <p>Intrínsecos: formalismo processual.</p>
------------------	-------------------------------	---

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

O requerimento administrativo prévio é essencial para aferir a existência de interesse de agir na ação de cobrança do seguro. STJ, AgInt no REsp 2.091.602-MS, Rel. Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 15/9/2025, DJEN 19/9/2025 (Info. 867).

Informações do inteiro teor: Quanto ao assunto, o entendimento do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que "[...] o art. 771 do CC/2002 exige que o segurado comunique o sinistro à seguradora, logo que o saiba, sob pena de perder o direito à indenização. Embora a finalidade precípua dessa norma seja evitar o agravamento das consequências geradas pelo sinistro, o aviso de sinistro representa a formalização do pedido de pagamento da indenização securitária. Antes disso, a seguradora não está obrigada a pagar, simplesmente porque não tem ciência do evento. Portanto, não realizada a comunicação acerca do sinistro, não há lesão a direito ou interesse do segurado". (REsp 2.050.513/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25/4/2023, DJe de 27/4/2023).

Todavia, deve ser consignado que esta Corte de Justiça também entende que, excepcionalmente, a depender do caso, a ausência de requerimento administrativo prévio não impedirá o prosseguimento do processo.

Assim, "se já tiver se operado a citação da seguradora, eventual oposição desta ao pedido de indenização deixa clara a sua resistência frente à pretensão do segurado, evidenciando a presença do interesse de agir. Porém, nem sempre a resposta da seguradora implicará impugnação ao pedido de pagamento. É possível por exemplo, que ela invoque a ausência de prévia solicitação administrativa, hipótese em que caberá a extinção do processo sem resolução do mérito, por ausência de interesse processual". (REsp 2.050.513/MT, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, julgado em 25/4/2023, DJe de 27/4/2023).

Constatados indícios de litigância abusiva, o juiz pode exigir, de modo fundamentado e com observância à razoabilidade do caso concreto, a emenda da petição inicial a fim de demonstrar o interesse de agir e a autenticidade da postulação, respeitadas as regras de distribuição do ônus da prova. REsp 2.021.665-MS, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Corte Especial, por maioria, julgado em 13/3/2025. (Tema 1198) (Info. 844).

Art. 18. Ninguém poderá pleitear direito alheio em nome próprio, **salvo quando autorizado pelo ordenamento jurídico.**

Parágrafo único. Havendo substituição processual, o substituído poderá intervir como assistente litisconsorcial.

Substituição processual	É quando o sujeito que não participou da relação de direito material atua em nome própria buscando direito alheio. Ex.: associações plenamente constituídas a mais de um ano em mandado de segurança coletivo.
--------------------------------	--

Sucessão processual	É quando em razão da alteração da titularidade do direito material, ocorre alteração das partes do processo. Ex.: morte de uma das partes.
Representação processual	Age em nome alheio e em favor de direito alheio. É um dos casos de atuação da defensoria pública. Quanto à atuação da Defensoria Pública como representante processual, diz o CPC: Art. 185. A Defensoria Pública exercerá a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados, em todos os graus, de forma integral e gratuita.

Art. 19. O interesse do autor pode **limitar-se** à declaração:

- I - da existência, da inexistência ou do modo de ser de uma relação jurídica;
- II - da autenticidade ou da falsidade de documento.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Enunciado 111 Fórum Permanente de Processualistas Civis: “Persiste o interesse no ajuizamento de ação declaratória quanto à questão prejudicial incidental”.

Art. 20. É admissível a ação meramente declaratória, **ainda que tenha ocorrido a violação do direito.**

TÍTULO II

DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL E DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL CAPÍTULO I

DOS LIMITES DA JURISDIÇÃO NACIONAL

Art. 21. Compete à **autoridade judiciária brasileira** processar e julgar as ações em que: **(Competência concorrente)**

- I - o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil;
- II - no Brasil tiver de ser cumprida a obrigação;
- III - o fundamento seja fato ocorrido ou ato praticado no Brasil.

Parágrafo único. Para o fim do disposto no inciso I, considera-se domiciliada no Brasil a pessoa jurídica estrangeira que nele tiver agência, filial ou sucursal.

Art. 22. Compete, ainda, à **autoridade judiciária brasileira** processar e julgar as ações: **(Competência concorrente)**

- I de alimentos, quando:
 - a) o **credor** tiver domicílio ou residência no Brasil;
 - b) o **réu** mantiver vínculos no Brasil, tais como posse ou propriedade de bens, recebimento de renda

ou obtenção de benefícios econômicos;

- II - decorrentes de **relações de consumo**, quando o consumidor tiver domicílio ou residência no Brasil;
- III - em que as partes, **expressa ou tacitamente**, se submeterem à jurisdição nacional.

Art. 23. Compete à autoridade judiciária brasileira, **com exclusão de qualquer outra**:

- I - conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil;
- II - em matéria de sucessão hereditária, proceder à confirmação de testamento particular e ao inventário e à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional;
- III - em divórcio, separação judicial ou dissolução de união estável, proceder à partilha de bens situados no Brasil, ainda que o titular seja de nacionalidade estrangeira ou tenha domicílio fora do território nacional.

Art. 24. A ação proposta perante tribunal estrangeiro **não induz** litispendência e **não obsta** a que a autoridade judiciária brasileira conheça da mesma causa e das que lhe são conexas, **ressalvadas as disposições em contrário de tratados internacionais e acordos bilaterais em vigor no Brasil**.

Parágrafo único. A pendência de causa perante a jurisdição brasileira não impede a homologação de sentença judicial estrangeira quando exigida para produzir efeitos no Brasil.

Art. 25. **Não compete** à autoridade judiciária brasileira o processamento e o julgamento da ação quando houver cláusula de eleição de **foro exclusivo** estrangeiro em contrato internacional, arguida pelo réu na contestação.

§ 1º Não se aplica o disposto no caput às hipóteses de competência internacional exclusiva previstas neste Capítulo.

§ 2º Aplica-se à hipótese do caput o [art. 63, §§ 1º a 4º](#).

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

A cláusula de eleição de foro estrangeiro em contratos de adesão, celebrados pela internet entre empresa com sede estrangeira e consumidor brasileiro, pode ser declarada nula quando criar obstáculos ao acesso à Justiça pelo consumidor brasileiro. STJ. 4ª Turma. REsp 2.210.341-CE, Rel. Min. Antonio Carlos Ferreira, julgado em 17/6/2025 (Info 26 - Edição Extraordinária).

CAPÍTULO II

DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Seção I

Disposições Gerais

Art. 26. A cooperação jurídica internacional será regida por tratado de que o Brasil faz parte e observará:

- I - o respeito às garantias do devido processo legal no Estado requerente;
- II - a igualdade de tratamento entre nacionais e estrangeiros, residentes ou não no Brasil, em relação ao acesso à justiça e à tramitação dos processos, assegurando-se assistência judiciária aos necessitados;
- III - a publicidade processual, **exceto** nas hipóteses de sigilo previstas na legislação brasileira ou na do

Estado requerente;

IV - a existência de autoridade central para recepção e transmissão dos pedidos de cooperação;

V - a espontaneidade na transmissão de informações a autoridades estrangeiras.

§ 1º Na ausência de tratado, a cooperação jurídica internacional poderá realizar-se com base em reciprocidade, manifestada por via diplomática.

§ 2º **Não se exigirá a reciprocidade** referida no § 1º para homologação de sentença estrangeira.

§ 3º Na cooperação jurídica internacional não será admitida a prática de atos que contrariem ou que produzam resultados incompatíveis com as normas fundamentais que regem o Estado brasileiro.

§ 4º O Ministério da Justiça exercerá as funções de autoridade central na ausência de designação específica.

Carta das Nações Unidas:

ARTIGO 1 - Os propósitos das Nações unidas são:

3. Conseguir uma cooperação internacional para resolver os problemas internacionais de caráter econômico, social, cultural ou humanitário, e para promover e estimular o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais para todos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião;

Art. 27. A cooperação jurídica internacional **terá por objeto:**

I - citação, intimação e notificação judicial e extrajudicial;

II - colheita de provas e obtenção de informações;

III - homologação e cumprimento de decisão;

IV - concessão de medida judicial de urgência;

V - assistência jurídica internacional;

VI - qualquer outra medida judicial ou extrajudicial **não proibida pela lei brasileira.**

Carta das Nações Unidas:

ARTIGO 13 - 1. A Assembleia Geral iniciará estudos e fará recomendações, destinados a:

a) promover **cooperação internacional** no terreno político e incentivar o desenvolvimento progressivo do **direito internacional e a sua codificação**;

b) promover cooperação internacional nos terrenos econômico, social, cultural, educacional e sanitário e favorecer o pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais, por parte de todos os povos, sem distinção de raça, sexo, língua ou religião.

Seção II

Do Auxílio Direto

Art. 28. Cabe auxílio direto quando a medida **não decorrer diretamente** de decisão de autoridade jurisdicional estrangeira a ser submetida a juízo de delibação no Brasil.

Art. 29. A solicitação de auxílio direto será encaminhada pelo órgão estrangeiro interessado à autoridade central, cabendo ao Estado requerente assegurar a autenticidade e a clareza do pedido.

Art. 30. Além dos casos previstos em tratados de que o Brasil faz parte, o auxílio direto terá os seguintes

objetos:

- I - obtenção e prestação de informações sobre o ordenamento jurídico e sobre processos administrativos ou jurisdicionais findos ou em curso;
- II - colheita de provas, **salvo se** a medida for adotada em processo, em curso no estrangeiro, de competência exclusiva de autoridade judiciária brasileira;
- III - qualquer outra medida judicial ou extrajudicial não proibida pela lei brasileira.

Art. 31. A autoridade central brasileira comunicar-se-á diretamente com suas congêneres e, se necessário, com outros órgãos estrangeiros responsáveis pela tramitação e pela execução de pedidos de cooperação enviados e recebidos pelo Estado brasileiro, respeitadas disposições específicas constantes de tratado.

Art. 32. No caso de auxílio direto para a prática de atos que, segundo a lei brasileira, não necessitem de prestação jurisdicional, a autoridade central adotará as providências necessárias para seu cumprimento.

Art. 33. Recebido o pedido de auxílio direto passivo, a autoridade central o encaminhará à Advocacia-Geral da União, que requererá em juízo a medida solicitada.

Parágrafo único. O Ministério Público requererá em juízo a medida solicitada quando for autoridade central.

Art. 34. Compete ao **juízo federal** do lugar em que deva ser executada a medida apreciar pedido de auxílio direto passivo que demande prestação de atividade jurisdicional.

Seção III

Da Carta Rogatória

Art. 35. ~~(VETADO)~~.

Art. 36. O procedimento da carta rogatória perante o **Superior Tribunal de Justiça** é de **jurisdição contenciosa** e deve assegurar às partes as garantias do devido processo legal.

§ 1º A defesa restringir-se-á à discussão quanto ao atendimento dos requisitos para que o pronunciamento judicial estrangeiro produza efeitos no Brasil.

§ 2º Em qualquer hipótese, **é vedada** a revisão do mérito do pronunciamento judicial estrangeiro pela autoridade judiciária brasileira.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Incerto o endereço do réu no país estrangeiro, admite-se a citação por edital, dispensada a carta rogatória. REsp 2.145.294-SC, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 18/6/2024, DJe 21/6/2024. (Info. 818)

Informações do inteiro teor: Entre os mecanismos de cooperação jurídica internacional está a carta rogatória, que pode ser meio de citação quando o citando residir no exterior, em endereço certo e conhecido.

Nada obstante, o art. 256, II, do Código de Processo Civil estabelece que a citação por edital será feita quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando. Assim, sendo incerto o endereço do réu, no Brasil ou no exterior, admite-se a citação por edital, nos termos do referido artigo do CPC.

Portanto, embora o art. 256, § 1º, do CPC, preveja que se considera inacessível, para efeito de citação por

edital, o país que recusar o cumprimento de carta rogatória; isso não significa que a negativa da carta rogatória seja pré-requisito para o deferimento de citação por edital, pois a ocorrência de quaisquer das outras hipóteses elencadas no art. 256 do CPC já autoriza essa modalidade citatória.

O simples fato de o réu residir no exterior não é suficiente para autorizar a citação por edital. Contudo, se for incerto o seu endereço no país estrangeiro, a previsão do art. 256, II, do CPC admite a citação editalícia, sendo dispensada a carta rogatória.

A prova testemunhal requerida por carta precatória ou rogatória não impede o juiz de julgar a ação nem o obriga a suspender o processo, salvo se ele considerar esta prova IMPRESCINDÍVEL. Prova imprescindível é aquela sem a qual seria inviável o julgamento de mérito. Se a prova requerida por precatória ou rogatória for meramente útil, esclarecedora ou complementar, o juiz não deve obstar o processo de seguir seu curso regularmente. STJ. 3ª Turma. REsp 1132818-SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 3/5/2012 (Info 496).

Seção IV

Disposições Comuns às Seções Anteriores

Art. 37. O pedido de **cooperação jurídica internacional** oriundo de autoridade brasileira competente será encaminhado à autoridade central para posterior envio ao Estado requerido para lhe dar andamento.

Art. 38. O pedido de cooperação oriundo de autoridade brasileira competente e os documentos anexos que o instruem serão encaminhados à autoridade central, acompanhados de tradução para a língua oficial do Estado requerido.

Art. 39. O pedido passivo de cooperação jurídica internacional será recusado se configurar manifesta ofensa à ordem pública.

Art. 40. A cooperação jurídica internacional **para execução de decisão estrangeira** dar-se-á por meio de **carta rogatória** ou de **ação de homologação de sentença estrangeira**, de acordo com o [art. 960](#).

Art. 960, CPC. A homologação de decisão estrangeira será requerida por ação de homologação de decisão estrangeira, SALVO disposição especial em sentido contrário prevista em tratado.

§ 1º. A decisão interlocutória estrangeira poderá ser executada no Brasil por meio de carta rogatória.

§ 2º. A homologação obedecerá ao que dispuserem os tratados em vigor no Brasil e o Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

§ 3º. A homologação de decisão arbitral estrangeira obedecerá ao disposto em tratado e em lei, aplicando-se, subsidiariamente, as disposições deste Capítulo.

Art. 41. Considera-se autêntico o documento que instruir pedido de cooperação jurídica internacional, inclusive tradução para a língua portuguesa, quando encaminhado ao Estado brasileiro por meio de autoridade central ou por via diplomática, dispensando-se ajuramentação, autenticação ou qualquer procedimento de legalização.

Parágrafo único. O disposto no caput não impede, quando necessária, a aplicação pelo Estado brasileiro do princípio da reciprocidade de tratamento.

TÍTULO III

DA COMPETÊNCIA INTERNA

CAPÍTULO I

DA COMPETÊNCIA

Seção I

Disposições Gerais

Art. 42. As causas cíveis serão processadas e decididas pelo juiz nos limites de sua competência, **ressalvado** às partes o direito de instituir juízo arbitral, na forma da lei.

Art. 43. Determina-se a competência no momento do registro ou da distribuição da petição inicial, **sendo irrelevantes as modificações do estado de fato ou de direito ocorridas posteriormente, salvo** quando suprimirem órgão judiciário ou alterarem a competência absoluta. (princípio da “perpetuatio jurisdictionis”).

Art. 44. Obedecidos os limites estabelecidos pela Constituição Federal, a competência é determinada pelas normas previstas neste Código ou em legislação especial, pelas normas de organização judiciária e, ainda, no que couber, pelas constituições dos Estados.

Enunciado 236 Fórum Permanente de Processualistas Cíveis: “O art. 44 não estabelece uma ordem de prevalência, mas apenas elenca as fontes normativas sobre competência, devendo ser observado o art. 125, § 1º, da CF”.

Art. 45. Tramitando o processo perante outro juízo, os autos serão remetidos ao juízo federal competente se nele intervier a União, suas empresas públicas, entidades autárquicas e fundações, ou conselho de fiscalização de atividade profissional, na qualidade de parte ou de terceiro interveniente, **exceto as ações:**

I - de recuperação judicial, falência, insolvência civil e acidente de trabalho;

II - sujeitas à justiça eleitoral e à justiça do trabalho.

§ 1º Os autos não serão remetidos se houver pedido cuja apreciação seja de competência do juízo perante o qual foi proposta a ação.

§ 2º Na hipótese do § 1º, o juiz, ao não admitir a cumulação de pedidos em razão da incompetência para apreciar qualquer deles, **não examinará** o mérito daquele em que exista interesse da União, de suas entidades autárquicas ou de suas empresas públicas.

§ 3º O juízo federal restituirá os autos ao juízo estadual sem suscitar conflito se o ente federal cuja presença ensejou a remessa for excluído do processo.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula nº 150, STJ: Compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas.

Súmula nº 224, STJ: Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara o Juiz Estadual a declinar da competência, deve o Juiz Federal restituir os autos e não suscitar conflito.

Súmula nº 254, STJ: A decisão do Juízo Federal que exclui da relação processual ente federal NÃO pode ser reexaminada no Juízo Estadual.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Info. 1187/STF - Nas causas em que a **União** figure como demandada, é facultado ao autor eleger o foro com base no critério territorial (CF/1988, art. 109, § 2º). Contudo, **se existir Juizado Especial Federal (JEF)** no foro escolhido, as **causas de até 60** (sessenta) salários-mínimos não abrangidas pelas exceções da Lei nº 10.259/2001 (art. 3º, § 1º) **deverão ser propostas obrigatoriamente no JEF**, em razão da **competência absoluta**. RE 1.426.083/PI, relator Ministro Alexandre de Moraes, julgamento virtual finalizado em 22.08.2025

Art. 46. A ação fundada em direito pessoal ou em direito real sobre bens móveis será proposta, em regra, no foro de domicílio **do réu**.

§ 1º Tendo mais de um domicílio, o réu será demandado no foro de qualquer deles.

§ 2º Sendo incerto ou desconhecido o domicílio do réu, ele poderá ser demandado onde for encontrado ou no foro de domicílio do autor.

§ 3º Quando o **réu não tiver** domicílio ou residência no Brasil, a ação será proposta no foro de domicílio do autor, e, se este também residir fora do Brasil, a ação será proposta em qualquer foro.

§ 4º Havendo 2 (dois) ou mais réus com diferentes domicílios, serão demandados no foro de qualquer deles, à escolha do autor.

§ 5º A execução fiscal será proposta no foro de domicílio do réu, no de sua residência ou no do lugar onde for encontrado. **(Interpretação conforme a constituição)**

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

É inconstitucional a regra de competência que autoriza que entes subnacionais sejam demandados em qualquer comarca do País, pois a fixação do foro deve se restringir aos seus respectivos limites territoriais. Deve ser conferida **interpretação conforme a Constituição aos artigos 46, § 5º, e 52, parágrafo único, ambos do CPC/2015**, no sentido de que a competência seja definida nos limites territoriais do respectivo estado ou do Distrito Federal, nos casos de promoção de execução fiscal e de ajuizamento de ação em que qualquer deles seja demandado.

A possibilidade de litigar em face da União em qualquer parte do País (art. 109, §§ 1º e 2º, CF/88) é compatível com a estruturação nacional da Advocacia Pública federal. Contudo, estender essa previsão aos entes subnacionais resulta na desconsideração de sua prerrogativa constitucional de auto-organização (arts. 18, 25 e 125, CF/88) e da circunstância de que sua atuação se desenvolve dentro dos seus limites territoriais. STF. Plenário. ADI 5.492/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/4/2023 (Info 1092).

STF. Plenário. ADI 5.737/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023 (Info 1092)

Art. 47. Para as ações fundadas em direito real sobre **imóveis** é competente o foro de situação da coisa.

§ 1º **O autor pode optar** pelo foro de domicílio do réu ou pelo foro de eleição se o litígio não recair sobre direito de propriedade, vizinhança, servidão, divisão e demarcação de terras e de nunciação de obra nova.

§ 2º A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, **cujo juízo tem competência absoluta**.

O art. 60 do CPC traz uma exceção: “Se o imóvel se achar situado em MAIS DE UM estado, comarca ou subseção judiciária, a competência territorial do juízo PREVENTO estender-se-á sobre a totalidade do imóvel”. **(competência concorrente)**

Art. 48. O foro de domicílio do **autor da herança**, no Brasil, é o competente para o inventário, a partilha, a arrecadação, o cumprimento de disposições de última vontade, a impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e para todas as ações em que o espólio for réu, **ainda que o óbito tenha ocorrido no estrangeiro**.
Parágrafo único. Se o autor da herança não possuía domicílio certo, é competente:

I - o foro de situação dos bens imóveis;

II - havendo bens imóveis em foros diferentes, qualquer destes;

III - **não havendo bens imóveis**, o foro do local de qualquer dos bens do espólio.

Art. 49. A ação em que o **ausente for réu** será proposta no foro de seu último domicílio, também competente para a arrecadação, o inventário, a partilha e o cumprimento de disposições testamentárias.

Art. 50. A ação em que o **incapaz for réu** será proposta no foro de domicílio de seu representante ou assistente.

Art. 51. É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja **autora** a União.

Parágrafo único. Se a União for a demandada, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou no Distrito Federal.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula 206 do STJ: A existência de vara privativa, instituída por lei estadual, não altera a competência territorial resultante das leis de processo.

Art. 52. É competente o foro de domicílio do réu para as causas em que seja autor Estado ou o Distrito Federal.

Parágrafo único. Se Estado ou o Distrito Federal for o demandado, a ação poderá ser proposta no foro de domicílio do autor, no de ocorrência do ato ou fato que originou a demanda, no de situação da coisa ou na capital do respectivo ente federado. **(interpretação conforme a constituição)**

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

É inconstitucional a regra de competência que autoriza que entes subnacionais sejam demandados em qualquer comarca do País, pois a fixação do foro deve se restringir aos seus respectivos limites territoriais. Deve ser conferida **interpretação conforme a Constituição aos artigos 46, § 5º, e 52, parágrafo único, ambos do CPC/2015**, no sentido de que a competência seja definida nos limites territoriais do respectivo estado ou do Distrito Federal, nos casos de promoção de execução fiscal e de ajuizamento de ação em que qualquer deles seja demandado.

A possibilidade de litigar em face da União em qualquer parte do País (art. 109, §§ 1º e 2º, CF/88) é compatível com a estruturação nacional da Advocacia Pública federal. Contudo, estender essa previsão aos entes subnacionais resulta na descon sideração de sua prerrogativa constitucional de auto-organização

(arts. 18, 25 e 125, CF/88) e da circunstância de que sua atuação se desenvolve dentro dos seus limites territoriais.

STF. Plenário. ADI 5.492/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, julgado em 25/4/2023 (Info 1092).

STF. Plenário. ADI 5.737/DF, Rel. Min. Dias Toffoli, redator do acórdão Min. Roberto Barroso, julgado em 25/4/2023 (Informativo 1092)

Art. 53. É competente o foro:

I - para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável:

- a) de domicílio do guardião de filho incapaz;
- b) do último domicílio do casal, caso não haja filho incapaz;
- c) de domicílio do réu, se nenhuma das partes residir no antigo domicílio do casal;
- d) de domicílio da vítima de violência doméstica e familiar, nos termos da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha);

Enunciado 163 da Jornada de Direito Processual Civil: O foro de domicílio da vítima de violência doméstica tem prioridade para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável.

II - de domicílio ou residência **do alimentando**, para a ação em que se pedem alimentos;

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula nº 01 do STJ: O foro do domicílio ou da residência do alimentando é o competente para a ação de investigação de paternidade, quando cumulada com a de alimentos.

III - do lugar:

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula 206 do STJ: A existência da vara privativa, instituída por lei estadual, **não altera** a competência territorial resultante das leis de processo.

- a) onde está a sede, para a ação em que for ré pessoa jurídica;
- b) onde se acha agência ou sucursal, quanto às obrigações que a pessoa jurídica contraiu;
- c) onde exerce suas atividades, para a ação em que for ré sociedade ou associação sem personalidade jurídica;
- d) onde a obrigação deve ser satisfeita, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

Súmula 363 do STF: A pessoa jurídica de Direito Privado pode ser demandada no domicílio da agência ou estabelecimento, em que se praticou o ato.

e) de residência do idoso, para a causa que verse sobre direito previsto no respectivo estatuto;

f) da sede da serventia notarial ou de registro, para a ação de reparação de dano por ato praticado em razão do ofício;

IV - do lugar do ato ou fato para a ação:

a) de reparação de dano;

b) em que for réu administrador ou gestor de negócios alheios;

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

VOCÊ NA JURISPRUDÊNCIA:

A competência territorial em relações de consumo é absoluta, permitindo ao consumidor escolher o foro, mas não se admite escolha aleatória sem justificativa plausível. STJ, REsp 2.173.132-DF, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Quarta Turma, por unanimidade, julgado em 22/9/2025, DJEN 29/9/2025. (Info. 865).

Informações do inteiro teor: A questão em discussão consiste em saber se a escolha do foro pelo consumidor, sem justificativa plausível, é admissível, considerando a faculdade de escolha do foro em demandas consumeristas.

No caso, após assentar que o consumidor possui a faculdade de escolher o foro competente, o Tribunal de origem considerou que a escolha pelo foro de Brasília deu-se de forma aleatória, sem justificativa plausível e pormenorizadamente demonstrada.

Com efeito, é assente a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que, em se tratando de relação consumerista, a competência territorial é absoluta, cabendo à parte vulnerável escolher o local em que melhor possa deduzir sua defesa: no foro do seu domicílio, no de domicílio do réu, no foro de eleição ou do local de cumprimento da obrigação.

Todavia, é inadmissível a escolha aleatória de foro sem justificativa plausível e pormenorizadamente demonstrada.